Lógica e argumento no texto

Em sua *Poética*, Aristóteles observa que um enredo dramático bem construído tem de refletir uma ação que é “íntegra e completa em si mesma, e dotada de alguma magnitude”. E ele define como íntegro “aquilo que tem um começo, um meio e um fim”. Embora a tragédia grega e a prosa filosófica possam parecer campos da atividade literária sobremodo distintos, o conselho de Aristóteles se aplica à redação de um ensaio filosófico.

Assim como o núcleo de uma obra dramática é o enredo, o núcleo do ensaio filosófico é o seu argumento. E, da mesma forma que uma boa peça tem um princípio, um meio e um fim bem demarcados, assim também será um bom ensaio. O começo de um ensaio filosófico introduz o argumento; o meio o elabora; e o fim o resume. Mas o que é um argumento?

Todo falante competente tem alguma idéia do que é um argumento. E a maioria dos falantes vai se dar conta, ao refletir, de que *argumento* é na realidade uma palavra equívoca, isto é, tem mais de um sentido. Num deles, é um sinônimo imperfeito de *altercação*; noutro, é um sinônimo imperfeito de *raciocínio*. Na teoria, os filósofos

só se empenham neste último, embora na prática eles por vezes deparem com o primeiro.

O sentido filosoficamente relevante de *argumento* recebeu maior atenção dos lógicos, que, no curso de 2.500 anos, descobriram muita coisa acerca dos argumentos. Embora este texto não seja lógico, um pouco de lógica é fundamental para que se compreenda a estrutura de um ensaio filosófico. (Para um relato mais completo do que o aqui oferecido, recomendo a leitura de Mary Haight, *A serpente e a raposa*, Edições Loyola, São Paulo, 2002.)

1 O que é um bom argumento?

No nível mais simples, há dois tipos de argumentos: os bons e os ruins. Um bom argumento é aquele que faz o que se supõe que faça. Um mau argumento é o que não faz isso. Um bom argumento mostra a uma pessoa uma maneira racional de partir de premissas para chegar a uma conclusão verdadeira, na medida em que seu assunto o permita (alguns assuntos mostram essa maneira mais fácil ou certamente do que outros, como, por exemplo, a matemática mais do que a estética). Como explico aqui, um bom argumento é relativo a uma pessoa. O que pode legitimamente levar uma pessoa a uma conclusão pode não levar outra pessoa à mesma conclusão, visto que muita coisa depende do sistema de crenças de cada pessoa. Aquilo que um filósofo ou físico contemporâneo reconhece como um bom argumento costuma não ser

aquilo que um grego antigo, mesmo que fosse Platão, Aristóteles, Ptolomeu ou Euclides, reconheceria como tal. Do mesmo modo, pode haver argumentos que os gregos antigos reconheceriam como bons e que nós não podemos considerar assim. Por razões óbvias, não tenho como pensar num exemplo.

A noção de “bom argumento” é intuitiva. Neste capítulo, desejo tornar essa noção intuitiva progressivamente mais precisa a partir da consideração das seguintes definições:

- Df(1) Um argumento é uma seqüência de duas ou mais proposições, entre as quais uma é designada como a conclusão e todas as outras consideradas suas premissas.
- Df(2) Um argumento sólido é um argumento que é válido e que contém somente premissas verdadeiras.
- Df(3) Um argumento é válido se e somente se for necessário que, se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão seja verdadeira.
- Df(4) Um argumento convincente é um argumento sólido que é reconhecido como tal em virtude da apresentação de sua estrutura e de seu conteúdo.

Cada uma dessas definições contém termos técnicos e idéias essenciais que precisam ser explicadas, incluindo *proposição* e *válido*. Examinemos primeiramente a Df(1), a definição de *argumento*. Observe que um argumento é caracterizado por uma seqüência de pro-

posições. Embora se possa dar à proposição uma formulação mais técnica, basta para os nossos propósitos compreender esse termo como equivalente a “uma frase que tem valor de verdade”, isto é, uma frase que é verdadeira ou falsa. Contrasta-se por vezes proposição com perguntas e ordens, que não podem ser verdadeiras nem falsas. Costuma-se usar *proposição*, *declaração* e *asserção* intercambiavelmente, ainda que os significados dessas palavras possam diferir uns dos outros de maneiras relevantes.

Voltando à definição de *argumento*, devemos observar que um argumento é uma *sequência* de proposições, porque se supõe que as proposições estejam relacionadas entre si de alguma maneira logicamente significativa. Uma dessas proposições recebe a designação de conclusão, quer dizer, a proposição a ser provada. No contexto de um ensaio como um todo, a conclusão é a tese. Como as proposições subordinadas contidas no ensaio podem ter de ser provadas, elas também podem ser conclusões, com seu próprio conjunto de premissas de sustentação. As premissas são as proposições que levam à conclusão. Elas oferecem a justificativa para a conclusão.

Essa definição é abstrata. Tornemo-la um pouco menos abstrata considerando um argumento extremamente sucinto:

Todos os humanos são mortais.

Sócrates é humano.

Logo, Sócrates é mortal.

As duas primeiras frases são premissas. A terceira é a conclusão, como o indica a palavra *logo*. Supõe-se que as premissas forneçam uma força racional para a aceitação da conclusão. Embora seja bom, este argumento é retoricamente falho. Ninguém argumentaria em favor de uma conclusão tão evidente. É raro que três frases simples constituam um argumento racionalmente persuasivo, que de modo geral requer elaboração e enriquecimento. Porém, no começo de nosso estudo é recomendável manter a questão no nível mais simples possível.

A definição de *argumento* em Df(1) é neutra quanto à questão de saber se um argumento é ou não falho (mau). Alguns argumentos são falhos e outros não. Nossa meta é compreender a natureza de todos os argumentos por meio da concentração naquilo que constitui um bom argumento. Entenderemos, então, o que é um argumento falho ao identificar os motivos de ele não atender aos critérios que definem um bom argumento. Como disse Parmênides, “São infinitos os caminhos da falsidade, mas o da verdade é um só”.

A fim de melhor precisar a definição de bom argumento, consideremos a definição de argumento sólido dada na Df(2):

Df(2) Um argumento sólido é um argumento que é válido e que contém somente premissas verdadeiras.

Como essa definição deixa claro, há dois aspectos num argumento sólido: a validade e a verdade. Um argumento não é sólido em um de dois casos: se é inválido ou se uma

ou mais premissas são falsas. Logo, para mostrar que seu argumento é sólido, você tem de demonstrar que ele é válido e que suas premissas são verdadeiras. Como um argumento sólido é definido, em parte, em termos da noção técnica de validade, precisamos de uma definição de validade:

Df(3) Um argumento é válido se e somente se for necessário que, se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão seja verdadeira.

Dito numa linguagem mais coloquial, a conclusão de um argumento válido tem de ser verdadeira sempre que todas as suas premissas forem verdadeiras. A verdade das premissas garante a verdade da conclusão.

Na Df(3), a validade é definida em termos de verdade e de necessidade. Por outro lado, em Df(4), um argumento convincente é parcialmente definido em termos de um argumento sólido; e um argumento sólido é parcialmente definido, em Df(2), em termos de um argumento; e este último é parcialmente definido, em Df(1), como consistindo em premissas e em uma conclusão. Esse processo de definição de uma coisa em termos de outra não pode prosseguir infinitamente, assim como não se pode explicar a estabilidade da terra dizendo que ela se apóia no dorso de um elefante que se apóia no dorso de outro elefante que se apóia no dorso de outro elefante, *ad infinitum*. O processo de explicação deve parar em algum ponto. (Debaixo de todos os elefantes está uma tartaruga, e esse é o fim da história.)

Quanto à validade (e, portanto, à solidez e à convicção), o processo de explicação chega ao fim com a verdade

e a necessidade. Esses dois conceitos não serão definidos, dado que são tomados como básicos. Apóio-me em nossa compreensão comum das noções de verdade e de necessidade, a fim de seguir em frente. Isso não quer dizer que essas noções não sejam problemáticas, mas apenas que se tem de parar em algum ponto. A convicção, a solidez e a validade poderiam ter sido definidas por meio do uso de alguns outros termos, o que tornaria termos que não a verdade e a necessidade básicos e indefinidos.

Nada há de inadmissível em deixar alguns termos indefinidos. Isso é, na realidade, inevitável. Com efeito, para *dizer* alguma coisa, tem-se de supor que os significados de *algumas* palavras sejam compreendidos. (Isso pode servir de base para um paradoxo que envolva saber como é possível que as pessoas aprendam uma língua se já se tem de conhecer palavras antes de poder dizer qualquer coisa; felizmente, esse possível paradoxo não é o nosso problema, aqui.) Em todo empreendimento, acaba-se por chegar a um ponto em que algo tem de ser aceito sem definição ou discussão. Se a pessoa que argumenta e aquela a quem é dirigida a argumentação não puderem concordar nesse ponto, há um sentido no qual é impossível iniciar um argumento. Como já observei, nem a *verdade* nem a *necessidade* serão definidas, mas um pouco mais sobre a validade pode ser dito, e o farei na seção 2 deste capítulo.

Um argumento sólido é um argumento válido que apresenta premissas verdadeiras, mas muitos argumentos sólidos de nada servem porque não são reconhecíveis como bons argumentos. A fim de incorporar o aspecto da recognoscibilidade em nossa noção intuitiva de bom ar-

gumento, temos de introduzir a idéia de um argumento *convvincente*, tal como foi enunciada na Df(4):

Df(4) Um argumento convvincente é um argumento sólido que é reconhecido como tal em virtude da apresentação de sua estrutura e de seu conteúdo.

Muitos são os motivos pelos quais uma pessoa racional pode não reconhecer um bom argumento. Se a forma lógica desse argumento for demasiado complexa para que algum ser humano o reconheça ou se simplesmente não se dispuser de evidências capazes de mostrar que as premissas são verdadeiras, um argumento sólido deixará necessariamente de ser convvincente, dado que a condição de recognoscibilidade não poderá ser satisfeita. Contudo, muitos argumentos sólidos não são, na realidade, convvincentes por não serem adequadamente formulados e/ou porque não são aduzidas evidências adequadas para sustentar as premissas essenciais. A adequada formulação de um argumento envolve sua estrutura: o argumento tem de ser válido, e as premissas e a conclusão têm de ser apresentadas de um modo que torne evidente sua validade. A questão da evidência, por outro lado, vincula-se com o conteúdo do argumento, envolvendo, mais uma vez, a noção de verdade. Cada premissa individual tem de ser verdadeira e as evidências apresentadas têm de deixar isso claro.

A noção intuitiva de bom argumento de que partimos no início deste capítulo evoluiu, agora, para a noção de argumento convvincente. Podemos resumir, neste pon-

to, dizendo que um bom (isto é, convincente) argumento envolve três coisas: validade formal (a estrutura), premissas verdadeiras (conteúdo) e recognoscibilidade. É para alcançá-las que você deve empenhar-se em sua atividade de escrever. A falta de qualquer um desses elementos impede seu argumento de ser convincente. Todos esses elementos são individualmente necessários e conjuntamente suficientes para produzir um argumento convincente. Na seção 3 deste capítulo, examinaremos a noção de convicção com mais detalhes. Por ora, precisamos voltar a um tratamento mais completo da noção crucial de validade, o aspecto do argumento que se relaciona com sua estrutura ou forma.

2 Argumentos válidos

Relembremos a definição de argumento válido dada na seção 1:

Df(3) Um argumento é válido se e somente se for necessário que, se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão seja verdadeira.

Repetimos que, num argumento válido, premissas verdadeiras asseguram uma conclusão verdadeira. Um argumento válido *não pode* ter premissas verdadeiras e uma conclusão falsa. A validade preserva a verdade. A situação é distinta quando uma ou mais premissas são falsas. Nesses casos, a conclusão pode ser verdadeira ou falsa. Em outras palavras, há argumentos válidos que exibem:

- (a) premissas verdadeiras e conclusão verdadeira;
- (b) premissas falsas e conclusão falsa;
- (c) premissas falsas e conclusão verdadeira.

Examinemos um exemplo de cada uma dessas possibilidades (para fins de ilustração, empregue toda a tolerância necessária à aceitação de que as premissas dos exemplos a seguir são verdadeiras ou falsas, tal como indicado).

*Exemplo de argumento válido
com premissas verdadeiras e conclusão verdadeira*

Justiça é imparcialidade.
Imparcialidade é distribuir recompensas de acordo com o mérito e penalidades de acordo com a culpa.

Justiça é distribuir recompensas de acordo com o mérito e penalidades de acordo com a culpa.

*Exemplo de argumento válido
com premissas falsas e conclusão falsa*

Justiça é aquilo que os fortes desejam.
Aquilo que os fortes desejam é aquilo que é bom para os fortes.

Justiça é aquilo que é bom para os fortes.

*Exemplo de argumento válido
com premissas falsas e conclusão verdadeira*

Justiça é aquilo que os fortes desejam.
Aquilo que os fortes desejam é distribuir recompensas de acordo com o mérito e penalidades de acordo com a culpa.

Justiça é distribuir recompensas de acordo com o mérito e penalidades de acordo com a culpa.

Em cada um desses exemplos de argumento válido, a conclusão se acha vinculada com as premissas de maneira razoavelmente direta, mas essa não é uma condição necessária.

Embora seja contra-intuitivo, há argumentos válidos em que as premissas e a conclusão não se relacionam de nenhuma maneira plausível. Há dois tipos de argumento em que a conclusão não tem nenhuma relação com as premissas. Um deles ocorre quando a conclusão é uma *tautologia*, isto é, uma proposição trivialmente verdadeira, ou melhor, uma proposição verdadeira que é, por sua natureza, não-informativa. Considere a declaração "Ou Aristóteles é um grande filósofo ou não é". Como essa proposição é trivialmente verdadeira, não pode haver argumento com premissas verdadeiras e conclusão falsa, por mais irrelevantes que sejam essas premissas para a conclusão. Por exemplo, o argumento

Ima Hogg foi um grande filantropo.

Ou Aristóteles é um grande filósofo ou não é.

é válido, ainda que a premissa não tenha nenhuma relação tópica nem evidente com a conclusão. Esse argumento é falho e, portanto, inconvincente, mas ainda assim é válido.

O outro tipo de argumento válido com premissas e conclusão topicamente não relacionadas é o que contém premissas contraditórias. (*Grosso modo*, é contraditória a proposição que afirma e nega a mesma coisa, como, por exemplo, "Aristóteles é um grande filósofo e não é um grande filósofo".) Considere o seguinte argumento:

Aristóteles é um grande filósofo e não é um grande filósofo.

Nenhum filósofo comete erros.

Este argumento é válido porque satisfaz a definição de validade, embora a conclusão não se relacione com a premissa. Quando um argumento contém uma premissa contraditória, essa premissa é necessariamente falsa, não sendo, assim, possível que todas as premissas sejam verdadeiras e a proposição, falsa. De maneira mais geral, mesmo que não haja uma única premissa contraditória, desde que as premissas sejam, em seu conjunto, contraditórias, o argumento é válido.

O fato de todo argumento com premissas contraditórias ser válido mostra que a verdade real das premissas e a validade do argumento são questões distintas que não devem ser confundidas. Mas não fique desanimado com o fato de todo argumento com premissas contraditórias ser válido. Todo argumento com premissas contraditórias não é sólido, visto que nem todas as premissas podem ser verdadeiras em seu conjunto. Ao menos uma delas tem de ser falsa.

Dizer que um argumento é válido é dizer que as premissas *implicam* a conclusão. Mas de que depende a implicação? Uma resposta é que a implicação depende do significado das palavras que compõem as proposições do argumento. Podem-se distinguir dois tipos de palavras: palavras neutras quanto ao tópico e palavras específicas quanto ao tópico.

As palavras específicas quanto ao tópico são aquelas pensadas tipicamente, em primeiro lugar, como palavras,

como é o caso de *cão*, *gato*, *caminha*, *amarelo*, *felizmente*, bem como palavras mais emocionalmente carregadas, como *desarmamento*, *déficit*, *aborto* e *fraternidade*. O que todas essas palavras têm em comum é o fato de especificarem ou restringirem algum tópico. Por exemplo, uma frase que contenha a palavra *cão* pode ser considerada, em algum sentido bem geral, como tendo um *cão* ou *cães* como um de seus tópicos. A lógica envolvida com as propriedades implicativas de palavras específicas quanto ao tópico pode receber o nome de lógica material. Dessa maneira, a lógica material está vinculada com a implicação que existe entre

Este objeto é amarelo

e

Este objeto é colorido.

As palavras específicas quanto ao tópico são bem gerais ou centrais para nosso esquema conceitual, como, por exemplo, *bondade*, *verdade*, *justiça*, *beleza*, *pessoa*, *objeto*. Elas são os tópicos tradicionais da filosofia, e o estudo de sua contribuição às implicações das proposições é em larga medida o assunto da filosofia. Logo, um filósofo pode preocupar-se com a natureza do conhecimento perguntando se

x sabe que p

implica

x acredita que p .

E ele pode preocupar-se com a natureza da verdade perguntando se

“S” é verdadeiro

implica

“S” corresponde a algum fato.

Quando formulam questões ou propõem problemas em termos de saber se uma coisa implica outra, os filósofos podem estar envolvidos numa perquirição filosófica bastante tradicional.

Consideremos agora algumas palavras neutras quanto ao tópico. *Não, e, ou, se... então, se e somente se, todos e alguns* são palavras neutras quanto ao tópico, isto é, elas não restringem o tópico ou o assunto em discussão. Além disso, elas não são restritivas com respeito a que palavras específicas quanto ao tópico podem combinar, a fim de formar frases. A lógica envolvida com as propriedades implicativas das palavras neutras quanto ao tópico é chamada *lógica formal*. Por exemplo, cada um dos argumentos a seguir é válido pela mesma razão:

Se João é rico, Maria é feliz.

João é rico.

Maria é feliz.

Se fumar provoca câncer do pulmão, as pessoas não devem fumar.

Fumar provoca câncer do pulmão.

As pessoas não devem fumar.

Se os seres humanos são agressivos por natureza, é necessário um governo forte para proteger os seres humanos de si mesmos.

Os seres humanos são agressivos por natureza.

É necessário um governo forte para proteger os seres humanos de si mesmos.

Não importa que cada um desses argumentos se refira a um tópico diferente; todos eles são válidos pela mesma razão. Dado o sentido de *se... então*, todo argumento ou padrão com essa forma é válido:

Se p , então q

p

q

onde " p " e " q " representam proposições.

A forma de argumento que estivemos examinando acima é uma das mais intuitivas formas de argumento que existe. Chama-se *modus ponens*, que, traduzido sem muito rigor, significa *o modo de afirmar*. O *modus ponens* é uma das formas de inferência que constituem o núcleo dos sistemas naturais de dedução da lógica das proposições. Em linhas gerais, a lógica das proposições, às vezes chamada de *cálculo proposicional*, pode ser definida como a lógica de alguns usos de *não*, *e*, *ou*, *se... então* e *se e somente se*. Essas palavras figuram de maneira vital em algumas das mais básicas formas de argumentação usadas pelas pessoas. Eis a sua apresentação esquemática:

<p><i>Modus ponens</i> Se p, então q <u>p</u> q</p>	<p><i>Modus tollens</i> Se p, então q <u>Não q</u> Não p</p>
<p><i>Silogismo disjuntivo</i> p ou q <u>Não p</u> q</p>	<p><i>Silogismo hipotético</i> Se p, então q <u>Se q, então r</u> Se p, então r</p>
<p><i>Dilema construtivo</i> Se p então q e se r então s <u>p ou r</u> q ou s</p>	<p><i>Dilema destrutivo</i> Se p então q e se r então s <u>Não q ou não s</u> Não p ou não r</p>

A lógica inclui tipicamente símbolos especiais para as mais importantes palavras neutras quanto ao tópic. Não há um conjunto de símbolos usado pela maioria dos lógicos. Diferentes lógicos empregam diferentes símbolos para as mesmas palavras neutras quanto ao tópic. Eis alguns exemplos:

Conectivo proposicional	Símbolo	Símbolo	Símbolo
não	~	¬	—
e	&		^
ou	v		v
se... então	⊃		→
se e somente se	≡		↔

Se substituirmos pelos símbolos da primeira coluna seus equivalentes lingüísticos, as formas de argumento que apresentamos terão a seguinte aparência:

<i>Modus ponens</i>	<i>Modus tollens</i>
$p \supset q$	$p \supset q$
p	$\sim q$
<hr style="width: 20%; margin: 0 auto;"/>	<hr style="width: 20%; margin: 0 auto;"/>
q	$\sim p$
<i>Disjunctive syllogism</i>	<i>Hypothetical syllogism</i>
$p \vee q$	$p \supset q$
$\sim p$	$q \supset r$
<hr style="width: 20%; margin: 0 auto;"/>	<hr style="width: 20%; margin: 0 auto;"/>
q	$p \supset r$
<i>Constructive dilemma</i>	<i>Destructive dilemma</i>
$(p \supset q) \& (r \supset s)$	$(p \supset q) \& (r \supset s)$
$p \vee r$	$\sim q \vee \sim s$
<hr style="width: 20%; margin: 0 auto;"/>	<hr style="width: 20%; margin: 0 auto;"/>
$q \vee s$	$\sim p \vee \sim r$

Como essas formas são por sua natureza abstratas, pode ser útil dar um exemplo de cada uma das formas de argumentação. Começemos com o *modus ponens*:

Se Hobbes é empirista, então Hobbes sustenta que o conhecimento obtido pelos sentidos é o fundamento de todo conhecimento.
Hobbes é empirista.

Hobbes sustenta que o conhecimento obtido pelos sentidos é o fundamento de todo conhecimento.

Vejamos agora um exemplo de *modus tollens*, que tem alguma similaridade com o *modus ponens*:

Se Hobbes é empirista, então Hobbes sustenta que o conhecimento obtido pelos sentidos é o fundamento de todo conhecimento.
Hobbes não sustenta que o conhecimento obtido pelos sentidos é o fundamento de todo conhecimento.

Hobbes não é empirista.

O *modus ponens* e o *modus tollens* têm uma clara relação entre si. Muitas vezes é possível resumir um problema filosófico como sendo uma disputa acerca de se um argumento sólido sobre uma dada questão deve ser formulado como argumento *modus ponens* ou como argumento *modus tollens*. Pode-se imaginar uma disputa envolvendo os exemplos de argumentos acima. Uma pessoa pode estar usando o argumento *modus ponens* para provar que Hobbes enfatiza a importância da observação na ciência. Seu oponente pode empregar o *modus tollens* a fim de provar que Hobbes não é empirista. Há em filosofia o seguinte ditado: O *modus ponens* de uma pessoa é o *modus tollens* de outra. Claro que muitas outras coisas podem estar envolvidas no debate, além simplesmente desses argumentos. Embora os dois argumentos sejam obviamente válidos, não é evidente qual deles é sólido, se algum deles for sólido, razão pela qual nenhum deles é convincente. Na verdade, o exemplo de *modus tollens* é o argumento sólido, podendo formar o núcleo de um argumento convincente, caso fosse reforçado por evidências que provassem que o próprio Hobbes enfatizou os aspectos dedutivos e apriorísticos da ciência.

Consideremos agora um exemplo de silogismo disjuntivo:

Ou Hobbes é empirista ou é racionalista.

Hobbes não é empirista.

Hobbes é racionalista.

Claro que este argumento é válido. Mas ele é sólido? Um defeito freqüente dos argumentos na forma de silo-

gismo disjuntivo é que nem todas as alternativas relevantes são especificadas na proposição disjuntiva. Se não esgotar todas as possibilidades, a proposição disjuntiva pode muito bem ser falsa. Por exemplo, será que todo filósofo é empirista ou racionalista? Não será possível que um filósofo não seja nem uma coisa nem outra? Grande parte da questão depende da definição dos termos *empirista* e *racionalista*. Assim, para que nosso exemplo de silogismo disjuntivo tenha alguma esperança de formar o núcleo de um argumento convincente, é necessário definir esses termos, mesmo que isso por si só não baste (veja o capítulo 5, seção 1, "Definições").

Os silogismos hipotéticos são usados muitas vezes para enumerar séries de dependências, como, por exemplo:

Se toda ação humana é causalmente determinada,
então nenhuma ação humana é livre.

Se nenhuma ação humana é livre, então nenhum
ser humano é responsável por suas ações.

Se toda ação humana é causalmente determinada,
então nenhum ser humano é responsável por suas ações.

Embora a regra formal do silogismo dite que haja apenas duas premissas, como no exemplo acima, pode-se, no entanto, reunir vários silogismos hipotéticos, a fim de produzir um resultado como:

Se todo evento é causalmente determinado, então toda ação
humana é causalmente determinada.

Se toda ação humana é causalmente determinada,
então nenhuma ação humana é livre.

Se nenhuma ação humana é livre, então nenhum ser humano é responsável por suas ações.

Se nenhum ser humano é responsável por suas ações, então não faz sentido literal louvar ou culpar os seres humanos por suas ações.

Se todo evento é causalmente determinado, então não faz sentido literal louvar ou culpar os seres humanos por suas ações.

Quando proposições são ligadas dessa maneira e a conclusão é ou contra-intuitiva ou inaceitável de outra forma, o desafio está na determinação de onde e como quebrar a cadeia.

Consideremos agora as duas regras do dilema. O dilema construtivo poderia ser pensado como duas ocorrências do *modus ponens* em conjunção:

$$\begin{array}{c} (p \supset q) \ \& \ (r \supset s) \\ p \vee r \\ \hline q \vee s \end{array}$$

Do mesmo modo, o dilema destrutivo poderia ser considerado duas ocorrências do *modus tollens* em disjunção:

$$\begin{array}{c} (p \supset q) \ \& \ (r \supset s) \\ \sim q \vee \sim s \\ \hline \sim p \vee \sim r \end{array}$$

Vejamos agora um exemplo de cada um deles, a começar pelo dilema construtivo:

Se o determinismo é verdadeiro, então as ações humanas são neutras no que se refere ao louvor ou à culpa; e se os seres

humanos têm livre-arbítrio, então a ciência está limitada naquilo que pode explicar acerca da realidade.

Ou o determinismo é verdadeiro ou os seres humanos têm livre arbítrio.

Ou as ações humanas são neutras no que se refere ao louvor ou à culpa ou a ciência está limitada naquilo que pode explicar acerca da realidade.

Da mesma maneira como o *modus ponens* de um é o *modus tollens* de outro, o dilema construtivo de um é o dilema destrutivo de outro. O exemplo de dilema construtivo acima é facilmente transmutado num exemplo de dilema destrutivo:

Se o determinismo é verdadeiro, então as ações humanas são neutras no que se refere ao louvor ou à culpa; e se os seres humanos têm livre-arbítrio, então a ciência está limitada naquilo que pode explicar acerca da realidade.

As ações humanas não são neutras no que se refere ao louvor ou à culpa, ou a ciência não está limitada naquilo que pode explicar acerca da realidade.

Ou o determinismo não é verdadeiro ou os seres humanos não têm livre-arbítrio.

Exemplos genuínos de dilemas costumam ser concluídos com uma disjunção de alternativas desagradáveis. É isso o que faz do argumento um dilema no sentido comum do termo, em contraste com o sentido lógico que temos discutido. Os dilemas voltarão a ser abordados no capítulo 5.

Agora que temos uma melhor compreensão do que constitui a forma do argumento válido, voltemos ao tópico principal deste capítulo, ou seja, aquilo que constitui um argumento convincente.

3 Argumentos convincentes

Recordemos a definição de argumento convincente da seção 1:

Df(4) Um argumento convincente é um argumento sólido que é reconhecido como tal em virtude da apresentação de sua estrutura e de seu conteúdo.

Um argumento convincente é aquele que impele o público a aceitar sua conclusão em virtude da aceitação de que o argumento é válido e de que suas premissas são verdadeiras. Os argumentos convincentes são relativos à pessoa. Isso fica mais claro se reformulamos nossa definição da seguinte maneira:

Um argumento é convincente para um público quando este público o reconhece como tal.

O mesmo argumento pode ser convincente para uma pessoa e não o ser para outra. Todos os argumentos convincentes são persuasivos para o público que os reconhece, mas nem todos os argumentos persuasivos são convincentes. As pessoas são muitas vezes persuadidas por maus argumentos e por raciocínios falaciosos.

Um argumento pode ser sólido e não ser convincente, porque sua solidez não é reconhecida. Um argumento poderia ser necessariamente assim seja devido ao fato de exibir uma complexidade que está além da compreensão humana, seja em decorrência da impossibilidade de reunir as evidências necessárias para provar que suas premissas são verdadeiras. Não temos, de fato, grande interesse por esses argumentos inconvincentes, visto nada haver neles que permita a intervenção humana. Se os seres humanos *não podem* reconhecer a validade e se as evidências não estão *de maneira alguma* disponíveis, chegamos ao fim da linha. Mas não se deve confundir esses argumentos com outros.

Há ainda alguns argumentos sólidos que na verdade não são reconhecíveis como tais seja porque, (1) embora suas estruturas lógicas não sejam reconhecidas, elas o poderiam ser caso fossem explicadas ou porque, (2) embora suas premissas não sejam reconhecidas como verdadeiras, elas o poderiam ser se se fornecessem as evidências disponíveis. Podemos agir com relação a esses argumentos sólidos: o autor pode explicar suas estruturas lógicas e fornecer as evidências para suas premissas.

Tudo isso pode ficar mais claro por meio de um exemplo. Não há dúvida de que é fácil oferecer um argumento sólido para a proposição "Deus existe" (se Ele de fato existe). E não há dúvida de que é fácil oferecer um argumento sólido para a proposição "Deus não existe" (se Ele de fato não existe). Assim sendo, um (*mas somente um*) dos dois argumentos a seguir é sólido:

Primeiro argumento

Ou Deus existe ou 25 de dezembro é Páscoa.
25 de dezembro não é Páscoa.

Deus existe.

Segundo argumento

Ou Deus não existe ou 25 de dezembro é Páscoa.
25 de dezembro não é Páscoa.

Deus não existe.

Ora, deveria ser óbvio que *nenhum* desses argumentos é convincente, ainda que um deles seja sólido. O problema é que o argumento sólido, seja ele qual for, não está se dando a conhecer! Cada um dos argumentos é claramente válido. Os dois são exemplos de silogismo disjuntivo, e a segunda premissa de cada um deles é verdadeira. O *locus* do problema é a primeira premissa. Se Deus existe, a primeira premissa do primeiro argumento é verdadeira justamente em virtude desse fato, e então o primeiro argumento é sólido. Se Deus não existe, a primeira premissa do segundo argumento é verdadeira justamente em virtude desse fato, e então o segundo argumento é sólido. Mas qual deles o é?

Infelizmente, nada há nesses argumentos que nos permita determinar qual deles é sólido. Não há neles coisa alguma que nos force racionalmente a aceitar sua primeira premissa. Logo, nenhum deles é convincente. É tarefa do autor transformar argumentos sólidos em argumentos convincentes. Isso requer, tipicamente, elaboração: ou a

explicação da validade do argumento ou a adução de evidências em favor da verdade das premissas.

Como poderia um autor tentar fortalecer um dos argumentos acima? Embora eu de modo geral tente dar exemplos de como fazer as coisas corretamente, nesse caso vou explicar como as coisas podem dar errado. Também se pode aprender com os próprios erros.

Como o mesmo tipo de estratégia se aplica aos dois argumentos, consideremos apenas o primeiro deles. Aquilo de que precisa o primeiro argumento é alguma evidência que estabeleça que a primeira premissa é verdadeira. Que tipo de evidência cumpriria esse objetivo? A premissa é uma proposição disjuntiva. Logo, é verdadeira se um dos termos da disjunção for verdadeiro. Já sabemos que o segundo termo é falso. Assim, se a premissa é verdadeira, ela o tem de ser porque o primeiro termo de sua disjunção o é. Mas esse termo, “Deus existe”, é idêntico à conclusão. Logo, qualquer evidência em favor da verdade da premissa é *eo ipso* evidência em favor da verdade da conclusão. Isso significa que a evidência para a premissa é supérflua. Se se tivesse alguma evidência em favor da proposição “Deus existe”, poder-se-ia aplicá-la imediatamente à conclusão sem se apoiar em nenhuma premissa.

Suponha que alguém quisesse defender ser esse argumento convincente por meio da afirmação de que a primeira premissa é verdadeira porque “Deus existe” é verdadeira e que “Deus existe” é verdadeira porque é auto-evidente. Essa defesa não funciona. Ela faz uma petição de princípio, quer dizer, o propósito do argumen-

to é provar que Deus existe, mas o defensor deseja supor que a própria coisa a ser provada é auto-evidente.

“Petição de princípio” é a falácia que consiste em usar a proposição como conclusão e, ao mesmo tempo, como uma premissa ou uma evidência em favor da premissa. Eis um caso flagrante de petição de princípio:

A dívida interna é grande demais.

A dívida interna é grande demais.

Ninguém se deixará enganar por esse argumento. A maioria dos exemplos da falácia da petição de princípio, assim como de todas as falácias, é mais sutil. Por vezes ela ocorre quando a mesma proposição é expressa de duas maneiras verbalmente distintas. Por exemplo, argumentar

Todo homem é mortal.

Logo, todo homem morre.

é fazer petição de princípio, visto que a premissa e a conclusão significam a mesma coisa.

Um exemplo mais complexo e interessante de petição de princípio é: tudo o que a Bíblia diz é verdade, porque a Bíblia é a Palavra de Deus, e a Palavra de Deus é verdadeira. Além disso, sabemos que a Palavra de Deus é verdadeira porque a Bíblia diz isso.

O argumento básico é:

A Bíblia é a Palavra de Deus.
A Palavra de Deus é verdadeira.

A Bíblia é verdadeira.

A premissa “A Palavra de Deus é verdadeira” precisa ser apoiada numa evidência. Mas usar “A Bíblia diz isso” (quer dizer, A Bíblia é verdadeira) como expressão dessa evidência é fazer uma petição de princípio, porque, nesse contexto, “A Bíblia diz isso” é outra maneira de dizer “A Bíblia é verdadeira”, que é justo o que se supõe vá ser provado. Logo, não podemos usá-la nem como premissa nem como evidência para uma premissa.

O que torna um argumento convincente reconhecível? Sugiro que isso envolve relevância e informatividade. Um argumento convincente contém premissas relevantes para a conclusão. Assim, nenhum dos argumentos sobre a existência de Deus examinados acima é convincente porque nem todas as suas premissas são relevantes para a conclusão. Um argumento convincente deve conter também premissas informativas. Às vezes as premissas são informativas quando são novas no sentido de que o público não as conhecia até que as visse no argumento. Outras vezes elas são informativas de maneira derivada; podem ser informativas se a evidência apresentada em seu favor for nova. Logo, pode não ser informativo o fato de alguém dizer simplesmente “Eu existo”. Sozinha, essa asserção parece trivial. Mas, quando um filósofo como Descartes assinala que a evidência para essa proposição pode ser encontrada mesmo no mais enganoso pensamento que a pessoa possa ter, a proposição “Eu existo” se torna informativa de uma maneira na qual de outra forma não o é. E também é informativa em seu uso ulterior, na argumentação contra o ceticismo e em favor da existência de Deus. Por fim, há ocasiões em que as

premissas são informativas não por serem individualmente novas, mas por estarem organizadas de uma maneira nova; e o reconhecimento de uma nova organização de fatos já conhecidos pode ser instrutivo. No *Mênon*, de Platão, Sócrates faz um menino escravo deduzir uma surpreendente variedade de teoremas geométricos a partir de fatos que o menino já conhece. Sócrates atribui o conhecimento surpreendente do menino a uma reminiscência do conhecimento que ele tivera numa existência anterior a seu nascimento. Uma explicação alternativa é a de que Sócrates fez o menino reorganizar o conhecimento adquirido durante sua existência na terra e, nessa reorganização do conhecimento, o menino veio a aprender muito mais coisas.

Observe que não forneci, nesta seção, um exemplo de argumento convincente. Um argumento trivialmente convincente não seria instrutivo. E, como meu público é variado, seria difícil elaborar um exemplo não trivial em poucas páginas. Deixo a descoberta de um argumento convincente a cada leitor, à guisa de exercício.

A conclusão do capítulo até agora é a de que a noção de argumento sólido não capta por inteiro a noção intuitiva de bom argumento. Precisamos de uma idéia que leve em conta que a solidez do argumento seja reconhecida, e é isso o que faz a idéia de argumento convincente. Nas três últimas seções, serão explicados vários outros conceitos lógicos: a consistência e a contradição na seção 4, os contrários e os contraditórios na seção 5 e a força da proposição na seção 6.

4 Consistência e contradição

Algumas proposições podem ser verdadeiras juntas ou ao mesmo tempo. Por exemplo, as proposições “George Washington foi o primeiro presidente dos Estados Unidos” e “Abraham Lincoln foi o décimo quarto presidente dos Estados Unidos” são consistentes uma com relação à outra. As duas podem ser verdadeiras ao mesmo tempo, e elas de fato o são. Proposições consistentes podem se referir ao mesmo tópico ou a um tópico relacionado, como o são as frases sobre Washington e Lincoln, mas também podem se referir a tópicos completamente distintos, como, por exemplo, “George Washington foi o primeiro presidente dos Estados Unidos” e “Um amigo de Turgenev deu-lhe a idéia de *Pais e filhos*”. Uma frase trata da história dos Estados Unidos e a outra, de uma figura literária russa. Elas são consistentes uma com relação à outra, embora topicamente não relacionadas.

As proposições podem ser consistentes umas com as outras ainda que uma, algumas delas ou todas sejam falsas. A frase sobre Turgenev é falsa, mas consistente com a que trata de Washington, que é verdadeira.

Eis um conjunto de frases consistentes e falsas:

Aristóteles descobriu a América.

Descartes foi reprovado em geometria na universidade.

Henry Ford assinou a Declaração de Independência.

O Cleveland Indians venceu a Série Mundial de 1995.

Como o mostra o exemplo, a consistência não é garantia de verdade. É possível que proposições sejam

consistentes umas com as outras sem ser verdadeiras. Ainda assim, é importante que as proposições sejam consistentes, porque se elas não são consistentes entre si (isto é, se são *inconsistentes*), é impossível, para todas elas, ser verdadeiras. E os filósofos, assim como os não-filósofos, devem correr da falsidade como da praga.

Se um conjunto de proposições é inconsistente, ao menos uma delas é falsa. Talvez o conjunto de proposições inconsistentes mais fácil de identificar seja aquele que contém uma proposição e sua negação.

Turgenev é romancista.

Turgenev não é romancista.

Não é preciso saber coisa alguma sobre Turgenev para saber que ao menos uma dessas proposições é falsa. O fato de ao menos uma proposição de um conjunto inconsistente ter de ser falsa é uma característica interessante, que os filósofos exploram com freqüência. Eles muitas vezes tentam formular conjuntos de proposições, todas elas parecendo verdadeiras, mas inconsistentes. Esses conjuntos de proposições recebem o nome de *paradoxos*.

O paradoxo da liberdade e da causalidade

- 1 Todos os eventos são causados.
- 2 As ações humanas são eventos.
- 3 Algumas ações humanas são livres, isto é, não causadas.

O paradoxo da referência e da existência

- 1 Tudo o que é objeto de referência tem de existir.
- 2 O nome "Hamlet" refere-se a Hamlet.
- 3 Hamlet não existe.

O paradoxo da promessa

- 1 Se promete fazer alguma coisa, a pessoa tem a obrigação de fazê-lo.
- 2 Se a pessoa tem a obrigação de fazer alguma coisa, ela pode fazer essa coisa.
- 3 Algumas pessoas às vezes fazem promessas que não podem cumprir.

A formulação de um problema filosófico como paradoxo ajuda a dar foco à questão. Quem pretende resolver o problema tem de dizer qual das proposições julga falsa e por quê, ou tem de explicar por que julga que todas as proposições são na verdade consistentes, isto é, como é possível que todas elas sejam verdadeiras, embora possam não parecer consistentes.

Nem sempre é fácil dizer se proposições que parecem inconsistentes entre si o são de fato. Esse é especialmente o caso quando as proposições aparentemente inconsistentes são vagas, como

Empiristas britânicos acreditavam que a mente existe.

Empiristas britânicos acreditavam que a mente não existe.

Não está claro se essas frases são ou não inconsistentes. A razão é que não está claro se essas frases falam de todos os empiristas britânicos ou de apenas alguns deles. Se as duas falam de todos os empiristas britânicos, elas são inconsistentes. Mas, se cada uma delas fala de alguns empiristas britânicos, elas exprimem proposições consistentes, e na verdade as duas são verdadeiras. Ao meu ver, quando as frases são vagas, deve-se dizer que elas não exprimem de modo algum uma proposição, que

expressam apenas parte de um pensamento. Logo não constituem a expressão de uma proposição completa, não têm valor de verdade, não sendo verdadeiras, nem falsas. Isso quer dizer que não podem ser verdadeiras, nem inconsistentes umas com relação às outras.

Demos até agora exemplos de conjuntos de proposições consistentes e inconsistentes que contém as mesmas duas proposições. Mas essas noções se aplicam igualmente a proposições isoladas. A proposição

Aristóteles foi um poeta

é consistente porque lhe é possível ser verdadeira, mesmo que ela seja de fato falsa. E a proposição

Aristóteles foi um poeta e Aristóteles não foi um poeta

é inconsistente porque é-lhe impossível ser verdadeira.

Proposições inconsistentes são também chamadas de *contradições*. A consistência e a inconsistência (contradição) são obviamente idéias inter-relacionadas. Embora possa não ser óbvio, elas também se vinculam com a implicação. Uma proposição p implica uma proposição q se p for inconsistente com $\text{não-}q$.

Exercícios

1. Escolha um dos paradoxos acima e explique por que as proposições nele expressas são inconsistentes.
2. As duas proposições a seguir são consistentes ou inconsistentes entre si?

Todos os empiristas britânicos acreditam que a mente é uma substância.

Alguns empiristas britânicos acreditam que a mente é uma substância.

5 Contrários e contraditórios

Na última seção, definiu-se a contradição em relação à consistência. Uma contradição é uma proposição inconsistente, e um conjunto contraditório de proposições é um conjunto de proposições inconsistentes. A contradição pode ser definida de outras maneiras que não mencionam a inconsistência:

Uma (auto)contradição é uma proposição que não pode ser verdadeira.

Um conjunto de contradições é contraditório se não houver uma maneira de tornar todas as proposições verdadeiras.

Por exemplo, “Sócrates é mortal e Sócrates não é mortal” é contraditório, e o conjunto de (duas) proposições “Sócrates é mortal” e “Sócrates não é mortal” é contraditório.

A fim de distinguir contraditórios de contrários, é conveniente restringir a discussão a pares de proposições:

Duas proposições são contraditórias se uma tiver de ser verdadeira e a outra, falsa.

Duas proposições são contrárias se não puderem ser verdadeiras ao mesmo tempo.

Estas duas proposições se contradizem:

A parede é azul.

A parede não é azul.

Estas duas proposições são contrárias:

A parede é (completamente) azul.

A parede é (completamente) vermelha.

Embora não possam ser verdadeiras ao mesmo tempo, duas proposições contrárias podem ser simultaneamente falsas. Se a parede for amarela, as duas proposições apresentadas acima são falsas.

Deve ser evidente que podemos estender a idéia das contradições e dos contrários a predicados ou propriedades:

Duas propriedades são contraditórias se uma tiver de ser verdadeira de um objeto e a outra tiver de ser falsa desse mesmo objeto. Duas propriedades são contrárias se não puderem ser simultaneamente verdadeiras de um objeto.

Ser azul/ser não-azul são propriedades contraditórias; ser azul/ser vermelho são propriedades contrárias.

A distinção entre contrários e contraditórios é importante, porque é comum se confundirem essas duas categorias. Embora seja improvável que alguém confunda ser vermelho e ser azul com propriedades contraditórias, pode-se confundir ser rico e ser pobre ou ser generoso/ser avarento com propriedades contraditórias. Do mesmo modo, é fácil confundir não ser justo (contraditório de ser justo) com ser injusto (seu contrário). Um repolho plantado no jardim pode não ser justo, mas também não é injusto.

Alguns filósofos usaram a observação de que *ser justo* e *ser injusto* são contrários e não contraditórios a fim de ajudar a resolver o problema do mal. Eis um exemplo disso num fragmento de ensaio:

Uma solução para o problema do mal

O problema do mal só é insolúvel até o momento em que se percebe que justiça e injustiça são termos contrários

e que nenhum deles se aplica a Deus. Ser justo é estar sujeito às leis e seguir todas as leis aplicáveis. Ser injusto é estar sujeito às leis e não seguir todas as leis aplicáveis. Deus, contudo, não é justo nem injusto, visto que Ele não está sujeito a lei nenhuma. Para ser sujeito à lei, a pessoa não pode ter controle sobre ela. Mas Deus tem completo controle sobre as leis porque Ele faz todas as leis e não está sujeito a nenhuma restrição quanto ao conteúdo dessas leis. Isso é parte do que se conhece como onipotência e soberania absoluta de Deus. É por isso que Deus não foi injusto ao dizer a Abraão que matasse seu filho Isaac nem quando permitiu que Satanás torturasse Jó. Como Deus não pode ser justo nem injusto, mas faz as leis que determinam quem o será, pode-se dizer que Ele está acima da justiça e da injustiça.

E o que mais poderíamos dizer acerca de Deus no tocante à justiça e à injustiça? Como toda propriedade tem um contraditório e ao menos uma propriedade de cada par contraditório de propriedades é verdadeiro de um objeto, as propriedades contraditórias de ser justo e de ser injusto têm de ser verdadeiras de Deus. Por conseguinte, Deus não é justo nem injusto.

Consideremos um último par de termos. Supõe-se de modo geral que a subjetividade e a objetividade são simplesmente contraditórias. Seu caráter contraditório ou contrário depende da maneira como são definidas. Uma maneira de assegurar que sejam contraditórias é definir uma delas como não sendo a outra. Por exemplo:

- x é subjetivo se e somente se x puder ser julgado por uma só pessoa e com base em sua experiência imediata.
- x é objetivo se e somente se x não for subjetivo.

Assim definidas, a subjetividade e a objetividade são contraditórias, mas às vezes elas são definidas independentemente uma da outra, de modo que mostram ser contrários confundidos com contraditórios.

x é subjetivo se e somente se x puder ser julgado por uma só pessoa e com base em sua experiência imediata.

x é objetivo se e somente se x for publicamente observável.

Por exemplo, entidades abstratas como verdade, justiça, governo, números (não confundir com numerais) e algumas entidades físicas como as partículas subatômicas (de que só são observáveis os efeitos) não são, nos termos da definição acima, nem subjetivas nem objetivas (veja mais no capítulo 5, seção 1, "Definições").

Exercícios

- 1 Dado que uma frase atômica é uma frase em que nenhuma parte é bem uma frase, pode uma frase atômica ter mais de uma frase contraditória? Pode uma tal frase ter mais de uma frase contrária?
- 2 Categorize os seguintes pares como contrários, contraditórios ou nem contrários nem contraditórios:
 - (a) alto/baixo
 - (b) alto/não-alto
 - (c) justo/clemente
 - (d) justo/injusto
 - (e) vermelho/alto
 - (f) borracha/ferro
 - (g) clemente/inclemente
 - (h) todo-poderoso/poderoso

- (i) feliz/infeliz
- (j) responsável/irresponsável
- (k) legal/ilegal
- (l) masculino/feminino
- (m) masculino/não-masculino
- (n) democrata/republicano
- (o) pobre/honesto

3 Dadas as definições abaixo, o par subjetividade/objetividade é contrário ou contraditório?

x é subjetivo se e somente se há apenas uma pessoa que pode experimentar x .

x é objetivo se e somente se as propriedades de x puderem ser determinadas por mais de uma pessoa.

6 A força de uma proposição

Os filósofos falam, muitas vezes, da força de uma proposição. Algumas proposições são mais fortes e algumas são mais fracas do que outras. Essas noções de força e fraqueza são técnicas e precisam ser definidas. Embora não sejam definições difíceis — basta que você entenda a noção de implicação —, sem essas definições você ficaria surpreso com o que os filósofos pensam da força ou da fraqueza de uma proposição.

Uma proposição p é mais forte do que uma proposição q se e somente se p implica q e q não implica p .

Por exemplo, "A maioria dos empiristas britânicos acredita que a mente é uma substância" é mais forte do

que “Alguns empiristas britânicos acreditam que a mente é uma substância”.

Uma proposição p é mais fraca do que uma proposição q se e somente se p não implica q e q implica p .

Obviamente, a proposição “Alguns empiristas britânicos acreditam que a mente é uma substância” é mais fraca do que “A maioria dos empiristas britânicos acredita que a mente é uma substância”. Duas proposições são igualmente fortes se uma implicar a outra e for implicada por ela.

Há muitas proposições que não podem ser comparadas em termos de força, como, por exemplo, “Platão foi filósofo” e “David Hume foi filósofo”. Nenhuma das proposições implica a outra. Logo, nenhuma é mais forte ou mais fraca do que a outra. Além disso, embora a proposição “Todo filósofo grego tem uma teoria ética” possa parecer mais forte do que “É possível que algum filósofo em alguma época tenha acreditado em alguma proposição verdadeira”, na realidade ela não o é, já que não implica esta última. Isto não quer dizer que essas duas proposições sejam igualmente fáceis ou difíceis de provar. Na verdade, a primeira seria mais difícil de provar ou ao menos requereria bem mais evidências, visto que faz uma asserção sobre *todos* os filósofos gregos, ao passo que a segunda o faz acerca de *algum* filósofo. Além disso, a evidência adequada a cada uma delas não seria a mesma. Se uma proposição é mais forte do que outra, essa proposição requer mais evidências ou evidências melhores

para ser provada; mas, se não se pode relacioná-las uma com a outra em termos de força, não há uma maneira geral de prever que proposição requererá maiores ou melhores evidências.

É importante que você saiba a força das proposições por vários motivos. Você tem de saber qual a força necessária a cada uma de suas premissas, a fim de provar sua tese. As premissas não devem ser mais fortes do que você precisa que sejam, porque, quanto maior a sua força, tanto maiores as evidências que vão requerer e, tipicamente, tanto mais difíceis de provar. Quanto mais fraca a proposição, tanto menores as evidências exigidas. Mas suas premissas também não podem ser demasiado fracas, porque, se o forem, não vão implicar sua conclusão; seu argumento será inválido. Ademais, se tentar provar algo que seja apresentado como mais forte do que o necessário e fracassar, você ou seu público podem chegar à falsa inferência de que sua posição é insustentável, ainda que um conjunto mais fraco de proposições pudesse ter sido suficiente para implicar sua conclusão.

Em algumas ocasiões, descobrir que algo pode ser provado por meio de uma proposição mais fraca pode constituir um grande achado filosófico. Muitos filósofos tentaram provar a existência de Deus usando como premissa "Algo está em movimento". John Duns Scotus, no final do século XIII, deu um brilhante passo ao construir uma prova que usa a proposição mais fraca "É possível que algo esteja em movimento". Essa proposição é verdadeira desde que a idéia de movimento não contenha uma contradição. Essa proposição poderia ser verdadeira mes-

mo que aquilo que os seres humanos consideram movimento fosse uma ilusão e não houvesse no mundo nenhum movimento real. Logo, essa proposição tem menos pressupostos do que a proposição mais forte "Algo está em movimento".

Suponha que você deseja escrever a favor do ceticismo. Para os nossos propósitos, digamos que o ceticismo é a visão de que nenhum ser humano sabe coisa alguma. Então, é importante decidir (como?) qual das proposições a seguir você precisa provar ou para qual delas você precisa fornecer evidências:

- 1 Toda crença que os seres humanos têm é dúbia.
- 2 Toda crença que os seres humanos têm pode ser dúbia.
- 3 Toda crença que os seres humanos têm é falsa.
- 4 Toda crença que os seres humanos têm pode ser falsa.

A proposição 2 é mais fraca que a 1; a 4 é mais fraca do que a 3. (A 3 é mais fraca do que a 2? A 2 é mais fraca do que a 4?) O filósofo fica numa melhor posição se puder se sair bem provando a mais fraca de duas proposições.

É também importante saber que força tem a proposição de seu oponente. Se ele diz "Todos os empiristas britânicos acreditam que a mente é uma substância", está dizendo alguma coisa *bem forte*. Isso quer dizer que a posição dele pode ser refutada mediante o estabelecimento de uma proposição relativamente fraca: "Algum empirista britânico não acredita que a mente é uma substância". Assim, bastaria a você provar que ao menos uma pessoa, David Hume, por exemplo, é um empirista britânico e não

acredita que a mente é uma substância. Por outro lado, se o oponente afirma “Alguns empiristas britânicos acreditavam que a mente é uma substância”, ele está fazendo uma afirmação relativamente fraca e a verdade da proposição “Algum empirista britânico não acreditava que a mente é uma substância” *não* é suficiente para refutá-la. Você teria, em vez disso, de provar a proposição deveras forte “Nenhum empirista britânico acreditava que a mente é uma substância”. Meu conselho é, mais uma vez, que você evite tentar provar isso. Em geral, quanto mais forte uma tese, tanto mais fraca precisa ser a proposição usada para refutá-la; e quanto mais fraca uma tese tanto mais forte precisa ser a proposição usada para refutá-la.

Consideradas em termos abstratos, as proposições fortes exigem muitas evidências e as fracas, poucas. Na prática, a quantidade de evidências necessária depende das necessidades do público. Você deve fornecer tantas evidências quanto o seu público necessitar para ser informado e persuadido. Considere o seguinte argumento em favor do que é uma proposição bastante forte, isto é, a de que nenhuma taxaço se justifica:

Transferências não voluntárias de propriedade são violações de direitos. Um ladrão que rouba uma propriedade viola os direitos do proprietário. A taxaço é uma transferência não voluntária de propriedade do indivíduo para o governo. Logo, o governo que recorre à taxaço não é melhor do que um ladrão.

Embora esse argumento possa ser sólido, ele não seria convincente para a maioria dos públicos, porque ele não

leva em conta nenhum dos argumentos relativamente óbvios contra a premissa de que "a taxação é uma transferência não voluntária de propriedade" (em livros de raciocínio crítico e de lógica informal, essa ausência de menção a todas as considerações relevantes para uma questão é chamada de *falácia das evidências suprimidas*). Considere um fragmento de ensaio escrito como réplica à passagem anterior:

A taxação de modo algum equivale ao roubo, sendo antes equivalente ao pagamento por serviços prestados. As pessoas dependem do governo para vários serviços essenciais à sua qualidade de vida, não apenas a polícia e a proteção contra incêndios, como também estradas, leis de trânsito, serviços públicos, cortes civis e criminais etc. As pessoas envolvidas em negócios dependem ainda mais do governo, como, por exemplo, para contar com leis de patentes e de importação e exportação. Na verdade, ao usar a moeda como seu meio de troca, o homem de negócios utiliza algo feito pelo governo, usando, assim, todo o maquinário do governo, toda a sua fé e crédito, a fim de ter a garantia de que o papel tem o valor que ele supõe que tenha. Por outro lado, os impostos são objeto de legislação da parte de representantes eleitos dos cidadãos, ao menos em alguns países. Como os representantes têm o direito de agir em nome daqueles a quem representam, podem eles votar em favor de impostos que recaem sobre esses mesmos representados. Estes autorizam os representantes a comprometê-los com certos cursos de ação. Em suma, a taxação é uma transferência voluntária de propriedade do cidadão para o governo como pagamento por serviços prestados por este último.

Esse fragmento de ensaio tem mais condições de exprimir um argumento convincente do que o primeiro. Claro que isso não fecha a questão acerca de que opinião sobre os impostos está correta. O oponente da taxação pode ter réplicas conclusivas a fazer às objeções levantadas pelo defensor. O que importa aqui é que um ensaio só é convincente se levantar justamente esse tipo de objeções e lhes der respostas. Além disso, a posição do oponente da taxação será, na verdade, fortalecida por esse processo, visto que este o obrigará a articular sua posição com fundamentos adicionais que não possam ser derrubados por objeções já levantadas.

Estas mesmas observações se aplicam ao proponente da taxação. Ele tem de explicar por que há oposição à taxação, responder a essa oposição, explicar como um oponente da taxação poderia responder e mais uma vez refutar os argumentos deste. Cada conjunto sucessivo de objeções e de réplicas tem de ser mais profundo, mais sutil e mais revelador do que o antecedente — se o processo funcionar corretamente. Muitas vezes é desse modo que o progresso em filosofia ocorre. Para mais elementos sobre esse método de raciocínio, veja o capítulo 5, seção 7, "Raciocínio dialético".

Exercícios

Considere a força relativa das proposições contidas em cada conjunto a seguir. Qual das proposições é, se alguma o for, a mais forte proposição verdadeira do conjunto? (Claro que haverá desacordo com referência às respostas.)

- 1 (a) Todos os enunciados empíricos se baseiam na observação e em nada mais.

- (p) Todos os enunciados empíricos se baseiam em alguma observação real.
 - (c) Todos os enunciados empíricos se baseiam em alguma possível observação.
- 2
- (a) Mentir é sempre errado.
 - (b) Mentir costuma ser errado.
 - (c) Mentir é às vezes errado.
 - (d) Mentir nunca é errado.
- 3
- (a) Matar é errado.
 - (b) Matar é errado, exceto para proteger a própria vida.
 - (c) Matar é errado, exceto para proteger a vida de alguém de um atacante.
 - (d) Matar é errado, exceto para proteger a vida de alguém de um ataque desleal.